



Interpeção Escrita

Segundo a imprensa, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) denunciou certas ilegalidades que os serviços competentes cometeram quanto ao tratamento do assunto da prestação do serviço de autocarros. Há jornalistas que apontam que, depois do lançamento do relatório do Comissariado de Auditoria (CA), o qual refere os “autocarros fantasmas”, o CCAC também publicou o “Relatório de investigação e análise sobre uma queixa relacionada com a Concessão do Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros”, que mostrava a existência de cinco ilegalidades nos actos praticados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) para assegurar o serviço de autocarros, como, por exemplo: ilegalidade por não ter sido cumprido o regime jurídico vigente, usurpação dos poderes para a isenção do imposto, questões sobre a reversão dos bens afectos à concessão, ilegalidade da actualização das tarifas pagas às operadoras do serviço, durante a vigência do contrato, e cláusula de exclusão da responsabilidade em violação da legislação aplicável. Segundo o referido relatório do CCAC, o novo modelo do serviço de autocarros não usa razoavelmente as verbas públicas, prejudicando assim o interesse público. O caso analisado é considerado o mais grave de violação da lei e de lesão do interesse público que o CCAC verificou no desempenho do seu papel fiscalizador. Sugeriu esta entidade ainda três alternativas para resolver o problema: resolução do contrato, modificação do contrato ou negociação com as operadoras para nova celebração do contrato.

Segundo os peritos e académicos, como o referido relatório do CCAC indicou a existência de erros ostensivos nos actos praticados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) para assegurar o serviço de autocarros, então, porque é que os assessores jurídicos desta entidade não



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

conseguiram verificar todas estas irregularidades? Ou será que os erros tinham sido já descobertos, mas as chefias não os tomaram em conta?

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. O referido relatório do CCAC indicou a existência de erros ostensivos nos actos praticados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) para assegurar o serviço de autocarros. Porque é que esta entidade não conseguiu descobri-los? Pode o Governo explicar o porquê?
2. Durante o trâmite dos processos de candidatura e de formação do contrato para exploração da actividade de autocarros, as chefias ouviram os pareceres dos seus assessores jurídicos? Os residentes querem saber: os assessores não apresentaram devidamente os seus pareceres para a formação do contrato, ou os dirigentes agiram sem ouvir os assessores?
3. Segundo os peritos e académicos, a ocorrência destas ilegalidades é apenas uma de muitos casos. As autoridades devem esforçar-se por resolver o problema, ou seja, devem rever as respectivas leis vigentes e atenuar os prejuízos causados o mais rápido possível. Ora, qual é a sua opinião?

15 de Novembro de 2013

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Mak Soi Kun